

Subalternos Agrestes e seus Cordéis Encantados

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (UNEB)¹

Resumo:

Trata-se de um mapeamento da produção do Núcleo de Estudos da Subalternidade (NUES) do Departamento de Educação do Campus II/Alagoinhas enquanto ponto de uma rede crítico-cultural cujo tom dominante é a permanente experimentação e oficina da imagem do sertanejo nômade. Adotando a “linha verde” como metáfora entre o recôncavo e o portal do sertão, estabelece-se uma condição de embaralhamento do espaço-tempo discursivo acerca do sertanejo clássico e contemporâneo como possibilidade de emergência de um sujeito glocal e cosmopolita, além de mais qualificado esteticamente e politicamente para novas efetuações histórico-sociais.

Palavras-chave: arte, subalternidade, política, engajamento, criação.

Introdução

Este ensaio articula-se a partir da seguinte estratégia textual: estabelece os pontos de um mapa da imagem do sertanejo, clássico e contemporâneo, utilizando diferentes sistemas de representação e sob o crivo do materialismo cultural² e, num segundo momento, discute os mecanismos de construção de uma teoria da subalternidade, situando o Núcleo de Estudos da Subalternidade³ como um ponto de uma rede de crítica cultural.

Nesse sentido, a noção de cultura que atravessa o ensaio implica não apenas o que artistas produzem, indicando significantes e modos de representação abertos às series, aos jogos textuais, e à afirmação da dimensão plástica do sertão e de sertanejos, mas ao próprio modo de vida com essa força de jogo e plasticidade⁴.

Folheto 1

O sertanejo no romance romântico brasileiro em tudo se assemelha a imagem do cavaleiro medieval e a nação brasileira emergente a um estranho mostrengo que combina liberalismo com mão de obra escrava. A incompatibilidade entre a representação literária e o materialismo cultural, em meados do século XIX, constitui o simulacro reativo⁵ que ainda hoje desafia e desconcerta a consciência crítica brasileira.

Diferentemente da revolução democrático burguesa européia, em que o povo, sob a promessa da liberdade, igualdade e fraternidade, alia-se aos burgueses para combater o antigo regime e a nobreza decadente, para depois ser traído por essa mesma burguesia, que, enfim, estenderia seus tentáculos ao resto do mundo, no Brasil a emergência da nação, enquanto entidade jurídico-política, não deriva da luta de camponeses e trabalhadores das cidades, aliados aos senhores de engenho e aos mineradores, para derrubar o regime colonial português e implantar um sistema republicano, à altura e com a pertinência econômica e política do liberalismo burguês em movimento.

A atrofia histórico-materialista, nesse evento, consiste numa estranha combinação que envolve: a) uma luta anticolonial, atestada por um pontilhado de revoltas, que desemboca na monarquia; b) um sistema econômico erigido sob mão de obra escrava e não o trabalho livre; c) a solução do impasse brasileiro sendo encaminhada não por uma consciência da classe trabalhadora e seus interesses, mas por uma nação imperialista, a Inglaterra, que, para ampliar seu mercado, precisava que os escravos de nações colonizadas ou semicolonizadas, uma vez trabalhadores livres, se transformassem em consumidores de produtos industrializados.

Os produtores culturais, no contexto brasileiro, muitos deles senhores de engenho e de escravos, se perguntados de que lado estariam no momento revolucionário de apropriação da matéria prima, das máquinas e das fábricas, como condição de justiça revolucionária a favor da classe trabalhadora⁶, não saberiam reconhecer nem representar a esta classe (os escravos) nem também como articular o aparelho estatal (a monarquia), numa luta de afirmação nacional e de combate ao imperialismo ocidental nascente, cujo tom dominante de três ou quatro nações é: monopolizar, partilhar o mundo, subjugar as nações colonizadas através do empréstimo do excedente de capital⁷ e inviabilizar o livre comércio entre todas as nações.

Folheto 2

Enquanto o imperialismo de fins de século XIX tem como contraponto principal a Comuna de Paris⁸ e sua vontade de demolição da burocracia estatal burguesa, o armamento do povo, a implantação do salário mínimo, horizontalizado, aos servidores públicos, e ao mesmo tempo a criação e execução das leis, como uma condição da criação da arena política permanente contra toda e qualquer forma de poder hierarquizada, e assim disseminada pelo mundo inteiro, no contexto republicano brasileiro temos a batalha de Canudos não só como expressão da revolta do inconsciente coletivo colonial, mas como um modelo de agenciamento político de nossas formas de luta moleculares, que vão desde as linhas de fuga criadas pelos indígenas para não sucumbirem à escravidão ao movimento centenário dos quilombos. Se Euclides da Cunha, em vez da obra de Marx e Engels, mobiliza uma retórica positivista como expressão de nossa *intelligentzia* científica e política, por outro lado, Lima Barreto, além de construir um outro crivo para avaliar o discurso nacional, antecipa as noções de autonomia e autogestão como antídotos ao centralismo burocrático stalinista, em que vai resultar a noção de centralismo pensada e praticada por Lênin e Trotski, como estratégias de auto-organização de classe⁹.

Folheto 3

O regionalismo modernista colocou em cena ao menos duas linhas políticas dominantes: uma filiada ao folclorismo, em que o povo aparece de forma despolitizada, em estado de natureza, e sem interesse pela compreensão dos conflitos, que envolvem a sua existência, a partir da luta de classes que atravessa a história da humanidade; outra filiada ao movimento socialista desencadeado pela União Soviética e destruído pela burocracia stalinista. Nesse sentido, a imagem do sertanejo que aparece em José Lins, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado, ou o torna um objeto da natureza ou um potencial soldado da revolução. Entre o fortalecimento do projeto nacional, em sua disputa por setores do mercado ainda existentes, e a construção do front (burguesia, pequena burguesia, operários e camponeses) contra o imperialismo ianque, o sistema de representação literário não se dava conta de que o seu realismo socialista era uma forma de controle contra a consciência e a vida política da classe trabalhadora, nem o realismo naturalista uma alternativa possível à cultura subjetiva e ecológica¹⁰.

Folheto 4

É na obra de Glauber Rocha, dos anos 60, e no tropicalismo, que temos o primeiro embaralhamento capaz de fazer do realismo naturalista uma revisão do inconsciente coletivo e a desmontagem das falsificações estéticas e políticas do realismo socialista. A legião de sertanejos que aparece em filmes como *Deus e o diabo na terra do sol*, *Terra em transe*, *O Dragão da maldade contra o santo guerreiro*, além de cabeças para pensar e matar, ainda é capaz de encenar a ressignificação dos sistemas simbólicos que constituem a subjetividade naturalizada ou petrificada. O tropicalismo desnordestiniza a cultura brasileira e propõe além do trânsito de tempos e lugares, uma politização do cotidiano e uma cotidianização da política. Essa produção estético-política diferencial faz emergir uma outra metodologia para se lidar com a usina da imagem em tempos de capitalismo tardio, além de extrair do “pão e circo” os elementos constitutivos para uma política da subjetividade¹¹.

Folheto 5

O populismo de fins dos anos 50 tem uma linhagem marcadamente stalinista na medida em que visa fortalecer a nação contra o imperialismo ianque norte-americano mas reprime violentamente qualquer interesse da classe trabalhadora, operários e camponeses, em direção à tomada de poder, da pequena e alta burguesia nacional, e a implementação da ditadura do proletariado. O movimento verde-amarelo, suplementar a essa linhagem, conserva a imagem do sertanejo vinculado à natureza da seca e do folclore, e o realismo socialista, além de condenar a experimentação do cinema novo e do tropicalismo, inviabiliza a emergência da arte e cultura proletárias¹² como uma expropriação da alta cultura burguesa que, por força da cultura de massa, se distribui pelo mundo. Mais importante que as guerrilhas urbanas e camponesas contra a ditadura militar e em favor da implementação de um estado burocrático stalinista, teria sido a distribuição das imagens do cinema novo e do tropicalismo como fermentação de um outro imaginário político e revolucionário. A reunião dos fragmentos da esquerda – destruída pela ditadura militar e pela crise do stalinismo - teve como consequência a criação do Partido dos Trabalhadores, liderado por um sertanejo nordestino, e como expressão de uma outra cultura estatal: fortalecer a nação ante o imperialismo e promover, ainda que incipiente e em passos de tartaruga, um socialismo autogestionário através de cooperativas e formas diversas de associativismo¹³.

Folheto 6

Os mais de 150 pontos de cultura do Nordeste, criados a partir do Plano Nacional de Cultura, atestam um novo modelo de concepção, acessibilidade e produção cultural que, conforme o ministro Gilberto Gil em “Banda larga cordel”, coloca o sertão em condições de navegar. A infovia que pode ligar favelas, povoados, zonas rurais, escolas públicas e comunidades indígenas e quilombolas, indica não só a possibilidade de acesso à produção cultural da humanidade, mas a capacitação e formação de um sem número de produtores culturais agora, sim, capazes de se organizar para fazer a revolução agrária que o Brasil ainda não fez. Nesse sentido, cultura deixa de ser superestrutura pra transformar-se em infra-estrutura e a revolução política, prescindindo do estado e sua ditadura do proletariado.

O Núcleo de Estudos da Subalternidade enquanto uma oficina da imagem de um sertanejo nômade

O Núcleo de Estudos da Subalternidade do Campus II/Alagoinhas, em seu primeiro seminário realizado em janeiro de 2002, procurou no ensaio intitulado *Cotidiano e cegueira: o que pode o subalterno?* estabelecer um roteiro de trabalho sobre a noção de subalternidade então praticada pelos estudos pós-coloniais.

Numa linha mais ativa dos estudos pós-coloniais – na medida em que se podia articular a questão nietszchiana quem é que é o subalterno¹⁴ – dizíamos então que o prefixo “sub” de subalternidade não implica “um estar abaixo de”, “um obedecer a alguém” mas uma espécie de devir revolucionário (num indivíduo, tribos, nações, culturas, instituições etc.) capaz de irromper-se e jogar com as alternâncias de poder.

Flagrada essa intempestividade da noção de subalternidade fizemo-la retroagir ao processo civilizatório brasileiro para dizer que tanto os colonizadores quanto os marxistas, em sua versão stalinista, foram os principais responsáveis pelo aspecto reativo e reacionário da subalternidade¹⁵ entre nós: coube aos colonizadores portugueses de ontem e seus representantes de hoje instituir uma vontade de verdade que atravessaram e ainda perduram as/nas principais instituições, assim como o advento do Partido Comunista Brasileiro, e seus desdobramentos, instituir uma minoria revolucionária que levaria a consciência de classe ao conjunto dos trabalhadores¹⁶.

Teria sido necessária a emergência das lutas anticoloniais na África, Ásia, América Latina para fazerem emergir outras noções para além da luta de classe, em sua versão stalinista. O nacionalismo revolucionário, as questões de gênero e sexualidade, as rebeliões estudantis, as lutas pacifistas transnacionais e as noções de raça e etnicidade¹⁷ se constituíram nos últimos 50 anos, têm

se constituído atualmente, num tipo de atividade política e cultural que puseram em cena uma outra noção de subalternidade, cujo sentido revolucionário evocaria necessariamente: desterritorialização de sentidos, horizontalização dos poderes, política do cotidiano e microrevoluções.

Nesse linha, realizamos uma série de seminários tais como Poder e captura do desejo (II), Fronteiras (III), Modos de saber, modos de guerrear (IV), Intertextualidade e experimentação (V), Corpo e linguagem (VI), Cultura do paradoxo (VII), Karl Marx: est-éticas do trabalho e devir revolucionário (VIII), Alagoins invisível: entre o localismo e os processos globais de homogeneização (IX) e X seminário *Gilles Deleuze: pensamento em movimento e socialismo libertário*.

Através do ensaio *Gilles Deleuze: pensamento em movimento e socialismo libertário*, apresentado no seminário homônimo, propusemos um outro ponto para o roteiro de estudos da subalternidade: não se trata agora de opor Karl Marx, e as linhas ativas do marxismo, ao anarquismo ou, ainda, as da crítica cultural materialista às do pós-estruturalismo.

Se na noção clássica de subalternidade, “obedecer a”, “situar-se abaixo de”, evoca-se necessariamente a burocracia, a norma, a disciplina, aprendemos com a leitura da obra de Marx que não se trata de incendiar as instituições, mas de “assumir o parlamento burguês” onde quer que se situem os seus tentáculos, e imprimir uma outra função a essas instituições a bem de uma distribuição equitativa das riquezas, para aqueles que realmente a produzem: os trabalhadores.

Se na noção de subalternidade proposta pelo I seminário do Núcleo de Estudos da Subalternidade, “estar abaixo de”, “obedecer a” implicando reversivamente “jogar com as alternâncias do poder”, há necessariamente uma evocação à ordem do discurso e à lógica do sentido, aprendemos com Gilles Deleuze que não se trata de opor o indivíduo soberano ao estado e restituir-lhe a potência de legislar por sua própria conta, mas de encarar o capitalismo e sua esquizofrenia como um corpo sem órgãos que pode exercer um controle sobre os trabalhadores e sobre a humanidade mas ao mesmo tempo ser desconstruído a partir de suas próprias regras e normatividade. Nesse sentido, tanto os marxistas quanto os anarquistas seriam reativamente subalternos ao capital e ao mesmo tempo com imensas possibilidades de partilhar lutas comuns, num sentido ativo da subalternidade.

Como se trata de uma relação complexa de poder e de posicionalidade científica, o lugar teórico de um dos projetos do núcleo, *Crítica cultural comunitária: estudos da subalternidade, posições políticas e a invenção de novos sujeitos de direitos*, indica uma função diferencial da crítica universitária, literária e cultural, e procura articular aos menos três frentes de trabalho: a) reunir contribuições da crítica cultural materialista e pós-estruturalista; b) empreender uma crítica à globalização cultural a partir de uma produção situada e em circulação nas margens do sistema; c) levar ao limite o papel institucional da instituição universitária e acadêmica e abrir novos modos de mediação junto à comunidade.

Há nos últimos 20 anos no Brasil uma forte tensão entre a crítica literária e a crítica cultural. De um lado um procedimento judicativo, seja em seus viés estético ou sociológico, preocupado em afirmar e conservar a literariedade dos altos textos literários contra o chamado lixo cultural disseminado pelos *mass media*; de outro, uma atitude intempestiva, rebelde, e muitas vezes sem a menor consequência, em relação à produção literária e cultural do alto modernismo. Isso tem gerado uma série de falsos problemas (flutuação dos signos *versus* descrição exata do real; a morte do sujeito *versus* a consciência de classe; a miséria da teoria *versus* a ficcionalidade da história, entre outros) e esses falsos problemas têm enfraquecido enormemente a emergência de novos consensos, novos roteiros para um trabalho revolucionário no campo cultural.

Nesse sentido, não se trata simplesmente de opor, dicotomizar, um viés estético de um viés sociológico no interior da crítica literária, muito menos de lançar a crítica cultural contra a crítica literária, mas de reunir valores de crítica materialista e pós-estruturalista, seja ela literária ou

cultural (linhas de filiações, procedimentos metodológicos, posições frente aos sistemas de dominação, compromisso libertário e emancipativo com os leitores e consumidores situados à margem) e criar condições para se fazer emergir, nas margens do sistema, uma crítica coletiva e comunitária contra os aspectos mais reativos e reacionários da globalização cultural e/ou do imperativo canônico.

E as condições dessa emergência dos novos sujeitos de direitos não podem prescindir também de um devir revolucionário nas instituições culturais, a exemplo de universidades, academias, escolas, associações, grupos de pesquisa, ou mesmo em secretarias de governo municipal, estadual e federal.

Projetos desenvolvidos pelo Núcleo Estudos da Subalternidade tais como *Letras e crítica universitária na Bahia: entre a pesquisa de fontes e o fenômeno literário, o paradoxo como ato crítico* (2001/2002), *Cartografia da produção paraliterária no Brasil* (2002/2004) e *Cultura micropolítica e suas margens: a linha verde entre o recôncavo e portal do sertão* (2004/2006) realizaram um levantamento e avaliação de documentos e arquivos, agindo diretamente sobre instituições como cursos de Letras e sua disciplinaridade, programas de pesquisa de pós-graduação e agências de fomento, como a Capes e seu desprezo e/ou ausência de teses e dissertações sobre as questões paraliterárias ou ainda as instituições religiosas, culturais e políticas tais como igrejas, sindicatos, associações de moradores de Alagoinhas e Litoral Norte para avaliar suas relações com o capitalismo e suas formas de controle e dominação e/ou suas formas de resistência.

O projeto atual *Crítica cultural comunitária: estudos da subalternidade, posições políticas e a invenção de novos sujeitos de direitos*, procura ampliar o papel de mediação da universidade na medida em que reúne as forças da crítica cultural materialista e pós-estruturalista, critica o campo literário, e vai a campo examinar, por exemplo, as políticas públicas para a cultura do governo Lula/Gil/Wagner/Márcio Meireles¹⁸ e suas repercussões a partir da institucionalização da malha cultural no Brasil e na Bahia; ou ainda, as repercussões da imagem da cultura no livro didático usado no ensino fundamental e médio; os eventos culturais nas escolas públicas de Alagoinhas e seu alcance comunitário; a realização de oficinas de crítica cultural comunitária para a formação de agentes críticos comunitários para atuarem, como sociedade civil, junto aos Conselhos de Cultura municipais, entre outras mediações científicas.

Se o grande sertão está em todo lugar e em nenhum, ao mesmo tempo, então a imagem do sertanejo que o NUES tem produzido envolve a seguinte relação de força criadora: a) a terra, em qualquer lugar, é o melhor dos mundos possíveis contanto que possamos dispor de uma cultura universal que afirme o local e de uma cultura local que se afirme universal em diferença. Portanto, nem localismo ingênuo, nem deslumbramento por universais hegemônicos e excludentes; b) o homem, de qualquer cor, raça, origem social, deve passar pelo crivo quem é que é homem e sob que condições absorve, produz e pratica sentidos; c) a luta, implica uma crítica cultural comunitária em três frentes: artistas, poetas, escritores locais com uma outra responsabilidade política ante os simulacros globalizados; professores de todas as escolas públicas constituindo um novo crivo para a imagem da literatura e da cultura nos materiais didáticos; conselheiros de cultura, representantes da sociedade civil, capazes não só de afirmar a cultura como um bem simbólico, como um direito de todos e ainda com possibilidade de geração de renda, mas, principalmente, mobilizar a expropriação da alta cultura burguesa em prol do consumo diferencial da classe trabalhadora que, ao fim e ao cabo, é quem a produz!

Conclusão

Nenhuma oficina da imagem é possível sem primeiro um embaralhamento das representações e suas formas discursivas, assim como toda desconstrução se perde no vazio e nas “flutuações de signos” se não houver quem intervenha na realidade e promova as rachaduras e transmutações. O

encantamento, portanto, significa: a) que somente o materialismo cultural pode fazer do modo de vida uma forma de luta e prometer a emancipação da humanidade como uma obra de arte; b) que a arte e cultura proletárias não deriva do realismo socialista, nem é apenas uma expropriação da alta cultura burguesa, mas o lugar da experimentação permanente e um laboratório do fim da luta de classes; c) que o tempo da luta é o do desejo e basta responder à pergunta: de que lado você estará, enquanto criador e produtor cultural, no momento do quebra-quebra e da apropriação da matéria prima, das máquinas e das fábricas, ao lado da revolução e cantando-a ou da contra-revolução, conspirando contra a vida, a liberdade e a favor da barbárie?

Referências Bibliográficas

- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. António M. Magalhães. Porto-Portugal: Rés-Editora Ltda., s/d.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FISHER, William F., PONNIAH, Thomas. *Un autre monde est possible*. Paris: L'Aventurine, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio, In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2004.
- MARX, Karl. Abolição do sistema assalariado, In: *Sindicalismo: Marx e Engels*. Trad. José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilitch. O estado e a revolução. In: *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Edit Inst. José Luis e Rosa Sundermann, 2005.
- MANDEL, Ernest. Trotsky como alternativa. Trad. Arlene E. Clemesha. São Paulo: Xamã, 1995.
- TROTSKI, Leon. A cultura e a arte proletárias, In: *Literatura e revolução*. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

¹ **Osmar Moreira dos SANTOS, Pós-doutor,**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação, Campus II/Alagoinhas. Email: osmar.moreira@uol.com.br

² Sobre essa noção de crítica cultural, ver CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

³ Consultar o site www.nuescampus2.uneb.br

⁴ Sobre essa noção de plasticidade, consultar DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. António M. Magalhães. Porto-Portugal: Rés-Editora Ltda., s/d.

⁵ JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio, In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004.

⁶ MARX, Karl. Abolição do sistema assalariado, In: *Sindicalismo: Marx e Engels*. Trad. José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980.

⁷ LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo fases superior do capitalismo*. S.m.r.

⁸ LENIN, Vladimir Ilitch. O estado e a revolução. In: *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Edit Inst. José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

⁹ MANDEL, Ernest. Trotsky como alternativa. Trad. Arlene E. Clemesha. São Paulo: Xamã, 1995.

¹⁰ GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. S.m.r.

-
- ¹¹ SANTOS, Osmar Moreira dos. *Um banquete antropofágico: violência originária e táticas de negociação cultural emergentes no Brasil*. Salvador: UFBA, 2001 (Tese de doutorado)
- ¹² TROTSKI, Leon. A cultura e a arte proletárias, In: *Literatura e revolução*. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- ¹³ SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- ¹⁴ Cf. DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. António M. Magalhães. Porto-Portugal: Rés-Editora Ltda., s/d.
- ¹⁵ MENDIETA, Eduardo. *Teorias sin disciplina*. S.m.r.
- ¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- ¹⁷ EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ¹⁸ ALBINO, Rubim. *Políticas públicas para a cultura no Brasil*. S.m.r.